



Modelização gráfica à unidade de povoamento do modo de vida tradicional em São Paulo, Brasil

Abner Matheus de Souza ¹  

Édson Luis Bolfe ²  

Lindon Fonseca Matias ³  

Destaques

- O bairro rural é a unidade de povoamento pela qual se entende os territórios tradicionais paulistas.
- A coremática possibilita transpor graficamente um conjunto de modelos teóricos.
- Parentesco e reciprocidade são princípios definidores das estruturas fundamentais dos territórios.
- Há uma articulação territorial justaposta definida em três domínios: moradia, sítio e bairro.
- Os modelos são instrumentos complementares de identificação e reconhecimento.

Resumo: O bairro rural foi historicamente a unidade pela qual as comunidades tradicionais se organizaram no contexto paulista. Trata-se de uma forma antiga de povoamento que resguarda importantes práticas sociais e ambientais. A necessidade de parâmetros mais específicos de identificação e reconhecimento a essas comunidades é atualmente o principal desafio na efetivação das políticas que garantem seus direitos. A coremática se apresenta, portanto, como um exercício fundamental de mapeamento, pesquisa e comunicação. Enquanto um método de modelização gráfica, seu foco é detectar as estruturas fundamentais do território e representá-las por coremas. Assim, o objetivo é propor uma modelização coremática ao território tradicional em São Paulo, entendido através do bairro rural. A caracterização dessa unidade, amparada pelos modelos propostos, foi estruturada em dois tópicos: conformação e reprodução; economia e manejo tradicional. Os modelos se mostraram relevantes ao traduzir graficamente um complexo conjunto de caracterizações teóricas, amparando uma revisão objetiva e uma leitura geográfica das estruturas e domínios elementares do território tradicional.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; bairro rural; cartografia; coremática; modelos gráficos.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da UNICAMP e Pesquisador na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). E-mail:

³ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado Livre-Docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).



Este artigo está licenciado com uma licença Creative Commons

GRAPHICAL MODELING TO THE TRADITIONAL WAY OF LIFE SETTLEMENT UNIT IN SÃO PAULO, BRAZIL

Abstract: The rural neighborhood was historically the unit by which traditional communities were organized in the context of São Paulo. It is an ancient form of settlement that preserves important social and environmental practices. The need for more specific parameters for identifying and recognizing these communities is the main challenge in implementing policies that guarantee their rights. Therefore, chorematic is a fundamental exercise in mapping, research, and communication. As a graphical modeling method, its focus is to detect the fundamental structures of the territory and represent them by choremes. Thus, the aim is to propose a chorematic modeling to the traditional territory in São Paulo – understood as a rural neighborhood. The characterization of this unit, supported by the elaborate models, was structured in two topics: conformation and reproduction, management, and traditional economics. With complexities still to be incorporated, the models proved relevant by graphically translating a set of theoretical characterizations, allowing an objective review and a geographical reading of the structures and domains elemental to the traditional territory.

Keywords: Traditional communities; Cartography; Chorematic; Graphic template.

MODELIZACIÓN GRÁFICA DE LA UNIDAD DE ASENTAMIENTO DEL MODO DE VIDA TRADICIONAL EN SÃO PAULO, BRASIL

Resumen: El barrio rural fue históricamente la unidad a través de la cual se organizaban las comunidades tradicionales en el contexto de São Paulo. Se trata de una antigua forma de asentamiento que preserva importantes prácticas sociales y ambientales. La necesidad de parámetros más específicos para identificar y reconocer a estas comunidades es actualmente el principal desafío para la implementación de políticas que garanticen sus derechos. La coremática se presenta, por lo tanto, como un ejercicio fundamental de cartografía, investigación y comunicación. Como un método de modelización gráfica, se centra en detectar las estructuras fundamentales del territorio y representarlas mediante coremas. Así, el objetivo es proponer una modelización coremática del territorio tradicional en São Paulo, entendido a través del barrio rural. La caracterización de esta unidad, apoyada en los modelos propuestos, se estructuró en torno a dos ejes temáticos: conformación y reproducción; economía y manejo tradicional. Los modelos se mostraron pertinentes para traducir gráficamente un conjunto complejo de caracterizaciones teóricas, apoyando una revisión objetiva y una lectura geográfica de las estructuras y dominios elementales del territorio tradicional. Palabras-clave: Comunidades tradicionales; Barrio Rural; Cartografía; Coremática; Modelos gráficos.

INTRODUÇÃO

O modo de vida tradicional paulista está imerso no universo da cultura caipira, que integra o que se tem no Brasil como a civilização rústica — sendo essa o conjunto das culturas tradicionais do homem do campo (Candido, 2003). Sua unidade mínima social e geográfica é o bairro rural (Queiroz, 1973a). Trata-se de

uma forma antiga de povoamento que remonta aos primeiros tempos da colonização portuguesa, caracterizado por uma ocupação dispersa e por uma vizinhança homogênea e de estratificação social tênue; que se vincula por um marcante sentimento de localidade, por práticas de auxílio mútuo e por atividades lúdico-religiosas (Candido, 2003; Queiroz, 1973a).

As particularidades do bairro rural, em sua forma de ocupação e no gênero de suas relações, são comuns entre sítios tradicionais em todo território brasileiro — especialmente em zonas que se mantiveram apartadas do avanço da monocultura de exportação entre os séculos XVIII e XIX; sendo, portanto, bairro rural a designação dada a essa unidade na área histórica de influência paulista (Fukui, 1979; Queiroz, 1973a, 1973b).

A permanência dessa forma antiga de povoamento em São Paulo é expressiva, conforme indicam os resultados de um recente levantamento⁴ de bairros rurais que mantêm os traços socioculturais próprios das comunidades tradicionais caipiras (Santiago, 2015). No entanto, o quadro de sua distribuição evidencia o principal conflito a que estiveram submetidos nas últimas décadas, a vinculação com as Unidades de Conservação. Tal conflito lança luz a uma questão central: os entraves na garantia de direitos sociais e ambientais já conferidos pelas políticas públicas às comunidades tradicionais.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída em 2007, é atualmente o principal aparato legal de reconhecimento, tendo avançado ao estabelecer uma conceituação, à época muito discutida, a respeito do termo comunidades tradicionais (Brasil, 2007). Em 2016, instituiu-se ainda o Conselho dos Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT), órgão colegiado de caráter consultivo que, dentre outras competências, visa coordenar, acompanhar e monitorar a implementação e a regulamentação da PNPCT (Brasil, 2016).

Apesar dos avanços da PNPCT, o dispositivo não trouxe direcionamentos capazes de superar muitos dos impasses da prática de identificação, considerando que a falta de critérios mais objetivos resulta em sérios impasses aos técnicos na

⁴ Projeto conduzido no âmbito do antigo Instituto Florestal do estado de São Paulo, atual Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA).

atuação em campo (Santiago; Freire Neto, 2013; Santiago, 2014). Quanto ao CPCT, nota-se ainda que o sitiante tradicional paulista, definido especialmente por sua inserção na cultura caipira, é particularmente afetado ao não ser elencado no dispositivo entre os grupos que possuem cadeira assegurada no conselho.

Quanto aos direitos ambientais, os avanços ocorridos são reflexos do reposicionamento dos povos e comunidades tradicionais no debate ambiental e nos planos internacionalmente firmados entre as décadas de 1980 e 1990. A histórica associação de seus territórios com as áreas de interesse à conservação e a necessidade de reconhecimento do manejo que promovem dos ecossistemas, se tornaram questões centrais para o estabelecimento de um novo paradigma de conservação da natureza (Santiago, 2014). Entretanto, o novo posicionamento não foi plenamente implementado pelas políticas ambientais nacionais. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil, 2000) e a Lei da Mata Atlântica (Brasil, 2006) são exemplos da incapacidade da plena assimilação das práticas e saberes tradicionais aos aparatos legais de proteção e manejo (Adams *et al.*, 2013; Santiago, 2014).

A busca por identificação e reconhecimento se defronta ainda com o modelo de ocupação do ambiente agrário brasileiro. O cenário que retratou Queiroz (1973b) com dados de 1950, de diminuta extensão das monoculturas diante da difusão das pequenas culturas de subsistência, passou por uma significativa conversão. Tal processo esteve calcado na alta concentração fundiária e de riqueza, que fundou e que vem acentuando nas últimas décadas os conflitos territoriais intrínsecos à questão agrária no país (Fernandes, 2008; Marcos, 2019; Martins, 1996).

É diante deste quadro que a coremática, enquanto um método de modelização gráfica, é acionada. Distante de uma simplificação arbitrária, a modelização se apresenta como um exercício de análise para detectar as estruturas fundamentais do território (Brunet, 2000; Théry, 2004). Neste ensaio, a coremática é adotada como um método cartográfico complementar para elaborar graficamente as estruturas fundamentais e dinâmicas de uma forma de organização territorial própria da cultura tradicional do homem do campo presente no meio rural paulista.

Portanto, o desafio aqui é propor coremas possíveis para representação destas estruturas do território tradicional, expresso por sua unidade de povoamento

mínima — o bairro rural; de forma a restaurar o entendimento de uma lógica de ocupação e de manejo da natureza que em um passado não tão longo foi predominante no ambiente agrário brasileiro e que hoje, não tão longínquo, demonstra remanescer no território paulista.

COREMÁTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA À CARTOGRAFIA

A coremática foi proposta pelo geógrafo francês Roger Brunet, cujos desdobramentos marcaram as duas últimas décadas do século XX, em especial por seu trabalho junto ao grupo de pesquisa RECLUS⁵. Sua notoriedade segue vigente por se colocar no quadro geral da Cartografia como uma contribuição — teórica e metodológica — propriamente geográfica.

“*Géographie Universelle*”⁶ é tida como a principal referência dessa proposta ao trazer o aprofundamento das formulações que Brunet publicava desde o início da década de 1980 (Théry, 2004). Há ainda nos anos 2000 outros dois trabalhos do autor — “*Des modèles en Géographie? Sens d’une recherche*” e “*La carte-modèle et les chorèmes*”⁷ — que bem condensam, respectivamente, os principais pressupostos teóricos e os delineamentos para o emprego da coremática; sendo aqui adotados para uma aproximação a este método.

Para Brunet (1986, 2000), as organizações, configurações e dinâmicas espaciais são fundadas em estruturas elementares, as quais podem ser representadas por um grafo — que é denominado como coremas — e explorados através de um mapa-modelo. O modelo seria uma representação formalizada de um fenômeno para fins de interpretação. Assim, a modelização, como o processo de construção ou concepção dessa representação, seria uma nova forma de mapeamento, pesquisa e comunicação (Brunet, 1986).

O que se propõe é um exercício rigoroso de busca das estruturas e dinâmicas fundamentais do território, que parte do questionamento dos

⁵ Trata-se do “*Groupement d’Intérêt Public RECLUS — “Réseau d’étude des changements dans les localisations et les unités spatiales*”, grupo de pesquisa francês fundado e dirigido por Roger Brunet em 1984 e associado a Maison de la géographie de Montpellier.

⁶ Tradução: “Geografia Universal”.

⁷ Tradução: “Modelos em Geografia? O significado da pesquisa” e “O mapa-modelo e os coremas”.

princípios envolvidos e destes à formulação e testagem de suposições (Brunet, 1986). Os modelos básicos atingidos em um primeiro momento devem ser submetidos a análises e ajustes, a fim de que se confirme sua correspondência mais ou menos conforme com a configuração espacial (Brunet, 1986, 2000).

Os fundamentos desse pensamento são expressos por Brunet (2000) no seguinte sentido: sendo o espaço geográfico o objeto privilegiado de estudo do geógrafo, a produção do espaço irá expressar uma parcela das suas atividades sociais que, por sua vez, se orientam por um conjunto de princípios comprovados pela práxis. O campo de tensões e de escolhas diversas gerado por tais ações — já que os atores agem de maneira desigual sobre o território — irá estruturar formas espaciais específicas. Portanto, o desafio é buscar uma interpretação possível dos elementos estruturais e da dinâmica de um território em meio a esse jogo de ações de forma a expressá-las em modelos gerais (Brunet, 2000).

O entendimento que Roger Brunet propõe sem dúvidas se defronta com questões delicadas ao seu próprio campo disciplinar, a Geografia; tanto no que se refere ao conceito de modelo como pelos questionamentos incisivos que suas raízes teóricas e implicações práticas invocam. Este é, portanto, um contexto a ser brevemente recuperado.

O auge da modelização, entre as décadas de 1960 e 1970, marca um período pós Segunda Guerra Mundial de acentuada expansão econômica e tecnológica. Tal contexto social teve profundas reverberações no âmbito científico. No campo da Geografia, viu-se o surgimento de uma corrente de pensamento que, na busca por produzir teorias e epistemologias que pudessem dar à disciplina um status científico, recorreu ao que se tinha como campo mais robusto naquele momento, as modelizações matemáticas. Têm-se, assim, na história do pensamento geográfico, a emergência de um novo paradigma, a Nova Geografia (Brunet, 2000). Movimento semelhante ocorre na Cartografia, com os desdobramentos da proposta de Arthur Robinson a partir da década de 1950 (Crampton, 2001).

No entanto, novos paradigmas se apresentaram em ambas as disciplinas nas décadas seguintes, havendo uma guinada em direção à Teoria Social Crítica no intento de se opor a uma produção científica que perdia legitimidade e se mostrava limitada quando se afirmava estritamente técnica e neutra (Crampton,

2001; Kitchin; Dodge, 2007). Recuperar esse contexto social e epistemológico é de especial relevância já que recaem sobre a proposta de Brunet e evidenciam as raízes das principais interposições às ideias que o fundamentaram.

Como apontado inicialmente, uma das contribuições de Brunet foi ter lançado a partir da Geografia as bases de uma nova linguagem cartográfica⁸, marcada por sua proposta de coremas. O princípio é que as estruturas elementares do território sejam representadas por formas básicas, já consolidadas na representação cartográfica, como: ponto, linha, polígono e rede. No entanto, Brunet cria um alfabeto coremático estruturado a partir de um quadro, no qual essas figuras básicas são distribuídas em quatro colunas e combinadas com outras sete possíveis variações — dispostas em linhas — tendo essas por objetivo expressar estratégias e ações do território; como, por exemplo: atração, contato, hierarquia, eixos de propagação, entre outros. Dessa forma, o autor apresenta uma proposta de 28 coremas fundamentais (Brunet, 1986).

Ressalta-se que o emprego de cada signo tem uma razão específica. Não se trata de uma distribuição arbitrária dos coremas, já que possuem um significado para a configuração geográfica do local (Brunet, 1986, 2000). Além disso, o diferencial da proposta foi ter avançado no sentido de captar os processos; não se restringindo a um entendimento qualitativo ou quantitativo, mas buscando dinamismo à representação cartográfica.

Como apontado pelo próprio Brunet (1986), a coremática foi enriquecida posteriormente pela proposta de Hervé Théry, que buscou avançar em sua dimensão temporal. Acompanhando a produção de longa data de modelos gráficos de historiadores e economistas, Théry (2005) defende que o tempo entraria na modelização gráfica sob dois principais aspectos: pelo ângulo dos processos de mudança que seriam responsáveis por alterar as estruturas fundamentais de um território — *chronochorèmes*; e pelos vestígios de fenômenos passados deixados nas estruturas presentes — *paléochorèmes*.

⁸ O método, no entanto, não se desvinculou dos princípios da cartografia tradicional. A constituição dos coremas e sua efetividade enquanto signos se reporta às regras da semiologia gráfica (Bertin, 2010), voltada à eficiência da comunicação no instante da visualização e que delimitou o debate da cartografia ao nível de uma linguagem monossêmica. Fato que o mantém no campo representacional.

Em aplicações recentes no âmbito do planejamento urbano, a coremática se mostrou positiva enquanto uma representação geográfica complementar a outros produtos cartográficos amplamente difundidos. Pesquisas como as de Fagundes e Matias (2016) demonstram como a partir de procedimentos metodológicos de filtragem, simplificação e geometrização de informações atingiu-se com a modelização coremática uma comunicação cartográfica mais objetiva e direcionada, que se mostrou promissora para a atuação de técnicos em campo; resultados esses relevantes para sua aplicação também à temática aqui discutida.

Nesse sentido, quando se trata da pesquisa sobre comunidades tradicionais, os modelos gráficos não são tão raros quanto parecem em princípio. A partir do sentido de modelo aqui adotado (Brunet, 1986, 2000), vê-se como pesquisas empreendidas por historiadores, antropólogos e mesmo por geógrafos nesse tema também podem ser constituídas de modelizações, como as próprias árvores genealógicas (Théry, 2005). Tais modelos são hoje instrumentos imprescindíveis na observância de parâmetros socioculturais propostos para o reconhecimento dos povos tradicionais, como em relação ao vínculo histórico com a terra ou à endogamia territorial (Santiago; Freire Neto, 2013)⁹. Tal representação pode resumir séculos de histórias e gerações, por vezes extremamente complicadas, e, como qualquer modelo, se mostra eficiente no relato do essencial (Théry, 2005).

Portanto, modelizar não é privilégio de um campo do conhecimento específico (Théry, 2004, 2005). Geógrafos podem inclusive se valer de textos e produções de outras disciplinas a fim de produzirem modelizações a partir das quais inicialmente não se pensou em uma representação (Théry, 2005); tal qual se pretende no presente artigo.

⁹ Aplicação observada em pesquisas que traçam a genealogia do bairro dos Paulo em Ibiúna, que se entrelaçam com outras famílias tradicionais do Sertão de Itapeçerica (Fukui, 1979; Santiago, 2019); ou nas que comprovam a extensa rede de parentesco que conectam os territórios quilombolas do Vale do Ribeira a ancestrais comuns oriundos dos bairros de Ivaporunduva e São Pedro (São Paulo, 2000).

REPRESENTAÇÃO COREMÁTICA DO BAIRRO RURAL TRADICIONAL

Pesquisadores expoentes das ciências humanas e sociais brasileiras como Pasquale Petrone (1961), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973a, 1973b), Lia Freitas Garcia Fukui (1979), Carlos Brandão (1983) e Antonio Candido (2003), muito bem descreveram o modo de vida tradicional paulista em sua unidade de povoamento. Convertidos em verdadeiros clássicos, o que se propõe a seguir é uma representação gráfica aos escritos de tais autores, orientada pelo entendimento, a partir de Brunet (1986, 2000), de que a coremática não tem o mapa modelo como seu objeto essencial de estudo, que não se define pela modelização *per se*, mas sim pela geografia que os modelos podem comunicar.

Outros trabalhos são acionados de modo a abarcar algumas das particularidades regionais aos bairros, como as vistas nas bacias dos rios Ribeira de Iguape e Paraíba do Sul (Adams *et al.*, 2013; Müller, 1951; Pedroso Jr. *et al.*, 2008; Santiago, 2019; Willems, 1948).

Primeiramente é preciso considerar que as particularidades desta unidade de povoamento respondem ao projeto colonizador de constituição do território paulista entre os séculos XVI e XVIII (Bacellar, 2020; Candido, 2003), erigido na exploração de recursos e na subjugação e espoliação territorial dos povos originários. Portanto, do avançar contínuo das bandeiras e entradas rumo aos sertões à oeste, constituiu-se uma cultura particular, a do caipira¹⁰ que, partindo do tronco europeu, assimilou em grande medida os saberes e as práticas indígenas (Candido, 2003; Mariano, 2000).

Conformou-se assim, no passado, um “lençol de cultura caipira” por toda a antiga Paulistânia, como caracterizou Candido (2003, p. 79), abrangendo ainda partes das capitanias de Minas, Goiás e Mato Grosso. Pasquale Petrone, em estudo recuperado por Queiroz (1973b), descreveu esta vasta ocorrência da cultura em São Paulo, onde se estendia por

¹⁰ O emprego do termo caipira expressa primordialmente os aspectos culturais, no sentido delimitado por Candido (2003); ainda que outros recortes possam ser feitos de modo a salientar elementos como os relativos à sua identidade étnica e racial (Candido, 2003; Brandão, 1983).

[...] todo o litoral paulista (onde o caiçara é sempre um caipira); o Vale do Paraíba; as serras da Mantiqueira, de Quebra-Cangalha, do Mar e de Paranapiacaba; o planalto paulista; a zona bragantina; a “depressão periférica paulista”, [...]; a zona do antigo “Caminho da Mata”, que levava ao sul do país e por onde vinham as tropas de muares para serem vendidas na feira de Sorocaba; o planalto de Franca, caminho para as minas de Goiás e de Mato Grosso (Queiroz, 1973b, p. 08).

O caipira foi vinculado historicamente a uma suposta “vida errante” (Brandão, 1983) devido ao caráter itinerante de suas práticas sociais e ambientais e, muitas das vezes, pelas condições de sua moradia. No entanto, este traço não decorria somente do que herdou dos seus antepassados indígenas ou do ritmo de vida do bandeirantismo (Candido, 2003). Ele também informa dos mecanismos que promoviam sua inclusão-exclusão social e econômica na província e, posteriormente, no Estado; seja em relação ao seu trabalho, ao excedente de sua lavoura ou ao caráter de sua posse (Bacellar, 2020; Brandão, 1983).

As particularidades dos contornos e dos vínculos que constituíam sua ocupação não foram reconhecidas por grande parte dos antigos viajantes e estudiosos (Brandão, 1983; Queiroz, 1973b); lhe sendo atribuída historicamente, e de forma equivocada, uma condição de isolamento em relação aos núcleos concentrados/urbanos (Candido, 2003; Queiroz, 1973a).

Dos relatos de viajantes, às crônicas nacionais, forjou-se ainda uma figura equivocada e estereotipada do próprio caipira e de seu modo de vida (Brandão, 1983), perpetuada no imaginário da sociedade brasileira. Tais figuras expressam, primeiro, as incompatibilidades de sua economia de subsistência perante os ditames de uma política mercantilista e, posteriormente, a conflitualidade intrínseca à modernização, cuja valorização do urbano e a plena viabilização de uma economia de mercado deu-se pela negação do tradicionalismo agrário que persistia em São Paulo (Brandão, 1983; Mariano, 2000; Martins, 1975).

Assim, carregando as heranças de um modo de vida que se instituiu no itinerantismo, o bairro rural diz das condições comuns às áreas de povoamento disperso (Candido, 2003). Nos antigos documentos do Estado, o bairro aparece como divisão administrativa da freguesia que, por conseguinte, era divisão da vila; assim, o primeiro abrangia “[...] os moradores esparsos, não raro com sua capelinha e às vezes cemitério” (Candido, 2003, p. 63).

Em uma escala distinta, relativa às áreas de povoamento disperso, o bairro esteve associado a outras designações de moradia como capuava, sítio e/ou fazenda. Estas se diferenciavam pelo caráter da ocupação, sendo relativas ao morador transitório ou àqueles permanentes/proprietários¹¹, respectivamente (Candido, 2003). Ainda que com suas particularidades, tais designações tinham o bairro rural como unidade comum de agrupamento (Candido, 2003).

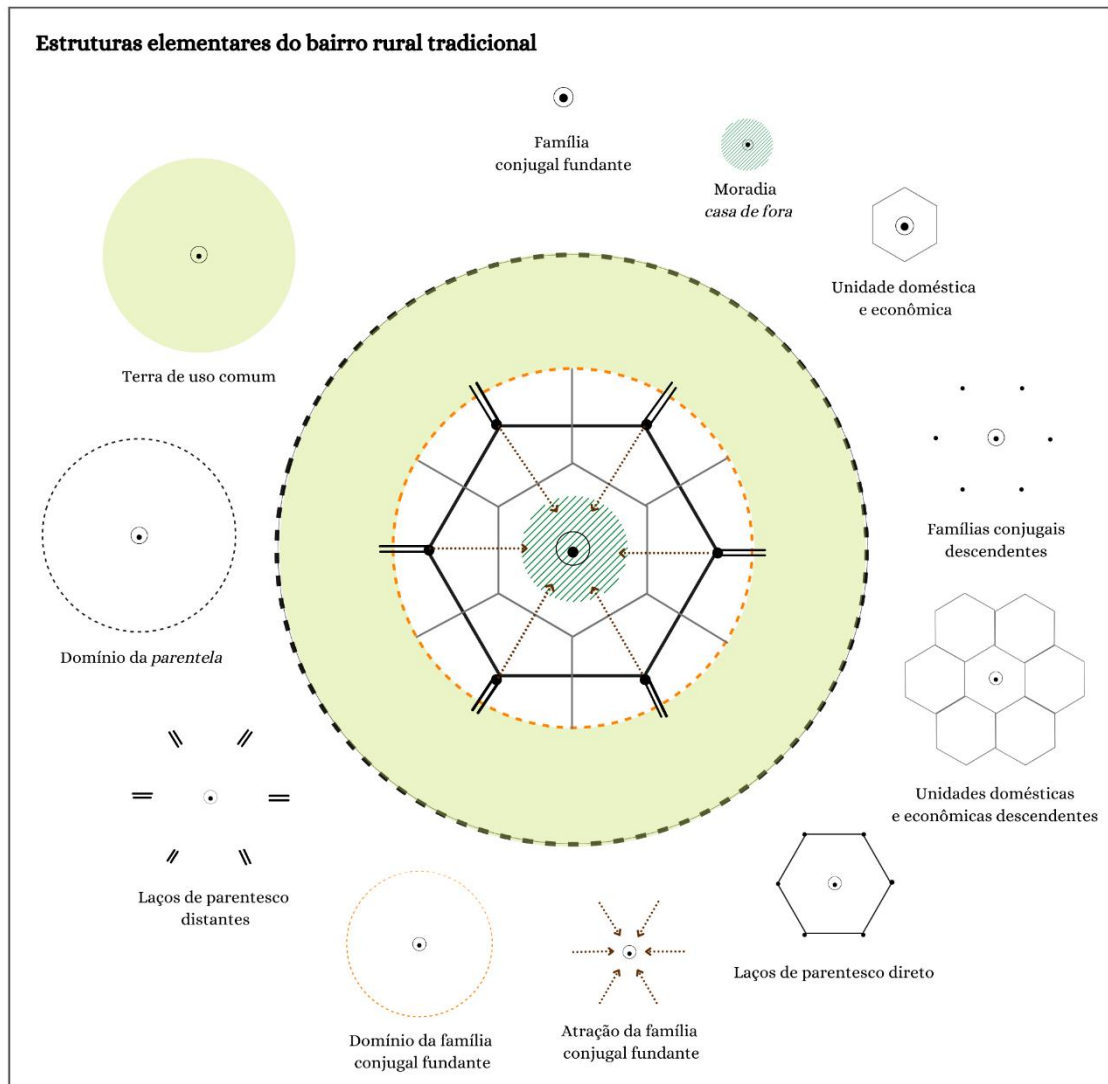
Ainda que seja um termo ligado historicamente à área de influência caipira (Candido, 2003; Fukui, 1979; Queiroz, 1973a, 1973b), há paralelos possíveis do bairro com formas de povoamento representativas de outras culturas do campo, como o Sítio visto em Woortmann (1990) como uma das categorias centrais à análise do modo de vida tradicional no nordeste brasileiro. A partir dos três sentidos em que se é empregado (Woortmann, 1990), o sítio poderia ser entendido tanto como equivalente ao bairro paulista quanto como dimensões menores que o constituem. Esta é uma aproximação conceitual que será fundamental para o aprofundamento da proposta de modelização gráfica apresentada adiante.

Conformação e reprodução

A estrutura fundamental do bairro rural, entendido aqui como constituinte de um território tradicional ou território caipira (Santiago, 2013, 2019), pode ser descrita em duas principais unidades (Figura 1). Entendido essencialmente como uma reunião de famílias, o bairro pode ser delimitado tanto pela família conjugal — quando lida sob a perspectiva econômica, abarcando essencialmente a unidade doméstica; ou então no conjunto de sua parentela — sob a perspectiva de suas relações mais extensas e que tende a se avolumar com base nos laços de parentesco e na reciprocidade mútua existente entre essas unidades (Queiroz, 1973b).

¹¹ Ainda que sejam designações relevantes, cabe ressaltar que a relação jurídica com a terra, fator que as distinguiam, não é adotada pelos teóricos como parâmetro para o enquadramento tanto do bairro rural como do sítio ao modo de vida tradicional (Candido, 2003; Müller, 1951; Queiroz, 1973a). Fossem proprietários, arrendatários ou parceiros, o modo de vida e a organização destes grupos pouco se diferenciavam no passado (Queiroz, 1973b).

Figura 1 - Proposta de representação coremática para o bairro rural tradicional: estruturas e domínios elementares

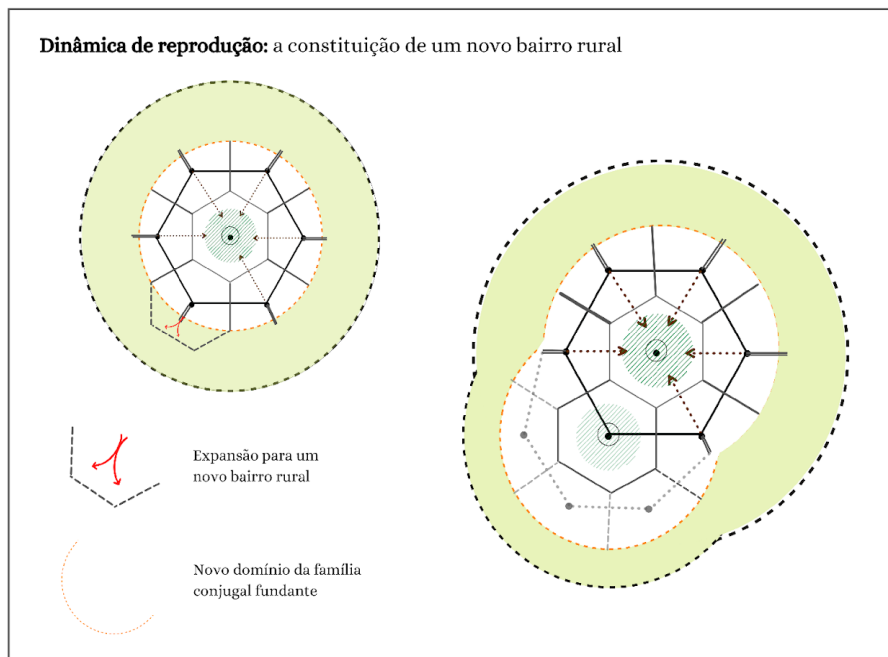


Fonte: Autores (2023).

A família conjugal é constituída pelo pai, mãe e filhos solteiros, se formando por meio do casamento e se desagregando também pelo casamento (Fukui, 1979). Assim, a transmissão das terras familiares se dava sempre por cissiparidade, sendo um direito consuetudinário dessas comunidades. O matrimônio dos filhos é o marco da instauração de uma nova unidade doméstica e econômica, a partir da qual constituem sua própria habitação e passam a lavrar de forma independente sua roça (Queiroz, 1973b; Shanin, 1979).

Este é um processo contínuo, até que o bairro se torne demasiadamente extenso e um próximo membro passe a se estabelecer mais afastado. Aqui, rompe-se com a gravitação em torno da casa dos pais (relativa à atração que a célula doméstica fundante desempenha) (Figura 1) e passa-se a estabelecer uma nova centralidade; têm-se assim o cerne de um novo bairro rural (Figura 2) (Queiroz, 1973b; Shanin, 1979). Portanto, é devido a essa dinâmica que os bairros rurais tradicionais se conformam sob uma forte endogamia familiar e territorial, que garantem a manutenção e a preservação das terras que são, primordialmente, patrimônio familiar (Santiago, 2013).

Figura 2 - Proposta de representação coremática para o bairro rural tradicional: dinâmica de reprodução



Fonte: Autores (2023).

O conjunto de atividades rotineiras da família no interior do bairro se dá sobre um espaço articulado, entendido em dois conjuntos: *floresta-rio-roça* e *moradia* — englobando este último a casa, o quintal, o paiol e o monjolo (Santiago, 2013). Na moradia tem-se o beneficiamento dos produtos agrícolas, o cuidado com os animais e a pequena indústria doméstica — com a confecção de utensílios e a produção de alimentos comuns do cotidiano e daqueles cujos procedimentos exigem

técnicas mais elaboradas (Brandão, 1983; Santiago, 2013). No quintal tem-se o cultivo de espécies frutíferas e a pequena roça também pode ocorrer.

Uma outra composição deste espaço articulado pode ser entendida a partir dos conjuntos *casa de fora* e *casa no capuava*. O primeiro seria a ocupação mais estável, similar à *moradia* vista por Santiago (2013). A segunda, por sua vez, seria relativa ao paiol, uma construção simples localizada em áreas distantes a beira das roças e útil para abrigar-se e estocar tanto a produção como os instrumentos de trabalho (Adams *et al.*, 2013).

Cabe ressaltar que o tamanho das terras sob posse do sitiante tradicional, que definiria uma escala apropriada aos bairros, é outra particularidade a ser considerada. Por poder deter porções acima do que se institui como pequena propriedade (Santiago; Freire Neto, 2013), este acaba por ser um fator de menor relevância à identificação do bairro tradicional, já que a extensão da propriedade não os define e sim o gênero de suas relações, em especial de trabalho, e a pequena produção que desempenham (Candido, 2003; Müller, 1951; Queiroz, 1973a).

Outra particularidade é a noção de fronteiras que, por sua vez, está atrelada à própria percepção de espaço do sitiante. A partir de seu universo de referência, as relações familiares, religiosas e de trabalho são as principais norteadoras para tal delimitação, conferindo a este espaço e às suas fronteiras um aspecto difuso, sem contornos precisos, onde se interpenetram e se confundem o geográfico, o social e o sobrenatural (Queiroz, 1973b).

Economia e manejo tradicional

Sob uma orientação distinta da racionalidade capitalista, na economia tradicional — conceituada como economia doméstica semifechada ou economia do excedente — a subsistência da família é o eixo condutor das práticas produtivas, podendo ser complementada pelo excedente destinado à troca e/ou comercialização (Chayanov, 1981; Martins, 1996; Queiroz, 1973a, 1973b).

Neste modelo econômico, o excedente não é a sobra ou o resto da produção, mas resulta de uma racionalização da produção, ou seja, do que plantar, quanto plantar e até onde plantar (Martins, 1996). Desta operação

resultará uma parcela específica, comercializável, suficiente para viabilizar a obtenção de gêneros não produzidos no interior do bairro ou ainda para obtenção mínima de dinheiro destinado ao pagamento de impostos da terra (Martins, 1996; Santiago; Freire Neto, 2013).

A troca ou comercialização do excedente ressalta a relação histórica de complementaridade existente entre os bairros rurais e os centros urbanos que, enquanto predominante, foi responsável por garantir a autonomia das famílias e sua inserção econômica e social na sociedade, afastando-os assim de uma situação de isolamento ou marginalidade aos quais foram por vezes equivocadamente associados (Queiroz, 1973b; Santiago, 2019).

As práticas produtivas têm como bases a mão de obra familiar e a marcante autonomia do trabalho, havendo uma integração da vida das famílias e da atividade agrícola; o que não desconsidera a ajuda vicinal¹², expressa pelo auxílio de vizinhos e parentes em períodos de maior demanda de trabalho na roça (Candido, 2003; Müller, 1951; Queiroz, 1973b; Shanin, 1979; Woortmann, 1990).

O trabalho da família obedece ao calendário agrícola tradicional, que começa em setembro e se estende até outubro do ano seguinte, intercalando as atividades de manejo da terra a depender dos tempos da “seca” e “das águas” (Candido, 2003; Brandão, 1983). Assim, o ritmo de trabalho do sitiante caipira é cíclico e descontínuo, marcado por períodos de trabalho intenso e os de vago maior (Brandão, 1983). Ademais da lida com a roça e o pasto, estes ciclos são entremeados pelas atividades que englobam a cozinha, o comércio e o beneficiamento de produtos rústicos, sendo esses obtidos da “[...] mata, dos campos, da “lavoura grossa” ou da “lavoura fina” dos cantos do quintal” (Brandão, 1983, p. 63).

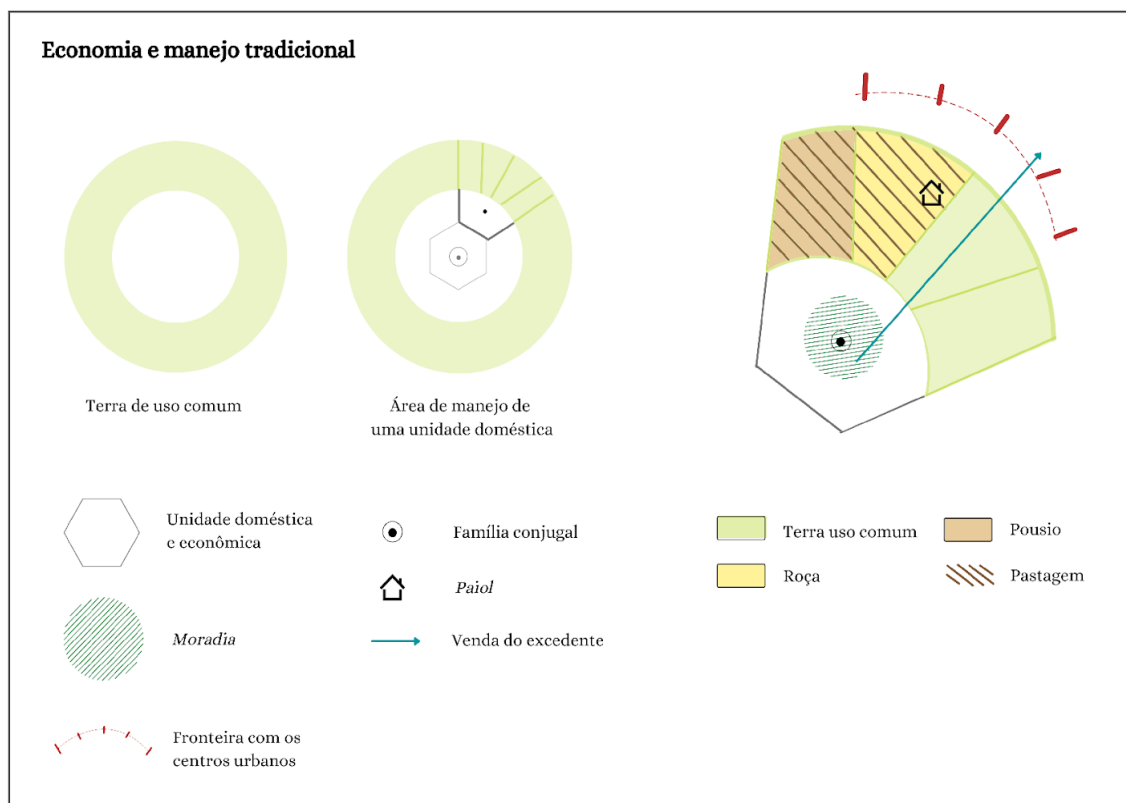
O princípio da autonomia que rege o sitiante, em especial nos mandos da lavoura (Müller, 1951), também se traduz no emprego das técnicas e na produção dos equipamentos e instrumentos, que promovem um manejo específico dos

¹² Marcantes para a sociabilidade caipira e uma das principais manifestações do princípio da reciprocidade, estas ocasiões são conhecidas no contexto paulista como *mutirão*, ou por suas variações *muchirão*, *mixirão*, ou ainda por *ajutório* — ocasiões menores de troca de dia de trabalho; são assim, concomitantemente, um momento de trabalho e de festividade (Queiroz, 1973b; Brandão, 1983; Santiago, 2013).

recursos naturais, regidos pela inter-relação entre saberes empíricos, valores e crenças (Santiago, 2013).

Quanto ao manejo, a agricultura itinerante de corte e queima ou roça de coivara é uma das principais técnicas de cultivo empregada. Essa é caracterizada principalmente pelos tempos de plantio e de descanso da terra – *pousio* ou *poisio* – sendo fundamental para a reposição das propriedades do solo devido à dinâmica de rotação e consorciamento de culturas (Figura 3) (Adams *et al.*, 2013; Pedroso Jr. *et al.*, 2008; Santiago, 2013). Em São Paulo, a dinâmica comum à lavoura caipira era de ciclos de 03 a 05 anos de cultivo da terra seguidos de um pousio que podia variar de 10 a 25 anos (Adams *et al.*, 2013; Brandão, 1983; Pedroso Jr. *et al.*, 2008; Willems, 1948).

Figura 3 - Proposta de representação coremática para o bairro rural tradicional: manejo e economia tradicional



Fonte: Autores (2023).

Na agricultura itinerante a floresta não é uma área em desuso, ao contrário, possui uma função estratégica, sendo ora uma área em pousio, ora uma reserva de

terra fértil; nesse sistema, não há uma distinção possível entre terra cultivada e não cultivada (Boserup, 1987). A floresta (em pé) é inclusive essencial à reprodução de seu modo de vida, já que o trabalho não se restringe às roças. Tais sítiantes “viviam na floresta e da floresta” (Santiago, 2013, s/p), sendo detentores de um arcabouço de conhecimentos e técnicas específicas de extração e manejo de seus recursos.

Considerando que a fragmentação jurídica das terras não é uma estratégia comum ao bairro tradicional, cabe ressaltar que a manutenção da autonomia de cada família é o princípio norteador da divisão do patrimônio familiar (Santiago, 2013). Assim, cada unidade doméstica composta por sua família elementar assume para si uma porção de terra para roça e a moradia; porém, a floresta é de uso comum a todos (Figura 3).

Em maior ou menor grau, a agricultura itinerante é comum aos sistemas produtivos tradicionais no contexto paulista, caracterizados por Petrone (1961) a partir de suas observações na Bacia do Ribeira¹³. Dentre esses, o sistema capuava é tipo como o seu principal mantenedor, dado que em sua estrutura a roça assume um papel central na subsistência das famílias (Petrone, 1961).

Na bacia do Paraíba do Sul, em especial no Alto Paraíba, a introdução da pecuária operou importantes adaptações ao sistema produtivo tradicional, no que se refere ao ciclo agrícola do sítiante e do padrão de cobertura e uso da terra (Brandão, 1983; Willems, 1948). Assim, as pastagens assumiram um papel de destaque na região, reorganizando o manejo tanto das áreas de roça como as em pousio (Figura 3) — que a depender do estágio passou a receber a criação.

NOTAS COM RELAÇÃO À PROPOSTA DE MODELIZAÇÃO GRÁFICA AO TERRITÓRIO TRADICIONAL

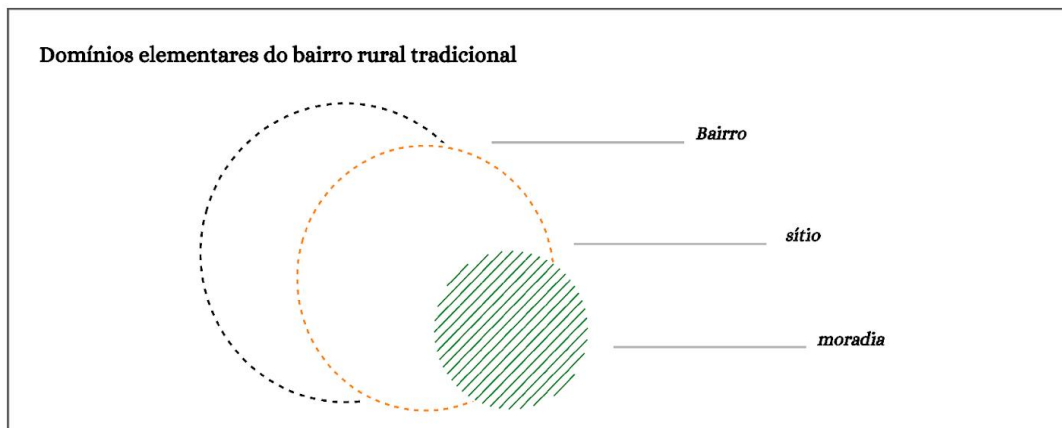
Observamos que a definição dos coremas a partir do bairro rural paulista pode responder — de forma combinada e por vezes indissociável — às relações familiares, à estrutura econômica, à divisão do trabalho ou ainda ao manejo da

¹³ Tais sistemas podem ser caracterizados em três principais grupos: *capuava*, *ribeirinho* e *praiano*, cujas particularidades decorriam da associação e do grau de complementaridade das atividades em relação à mata, ao rio e ao mar (Petrone, 1961).

terra; que estão em consonância à tríade terra-trabalho-família, apontadas por Woortmann (1990) como categorias culturais nucleantes e indissociáveis ao modo de vida tradicional. Portanto, buscando um eixo comum ao encadeamento destas relações, vemos que a definição e a composição dos coremas replica os princípios definidores das estruturas elementares ao território tradicional: parentesco e reciprocidade (Santiago, 2013, 2019).

Parte dos coremas propostos assumiram um caráter distinto no processo de modelização, nos quais se observou que seu entendimento enquanto estrutura elementar não se definia por si, mas pela atuação combinada de um conjunto de outras estruturas. Propomos, assim, a esses casos, o enquadramento enquanto domínios elementares (Figura 4).

Figura 4 - Proposta de representação coremática para o bairro rural tradicional: domínios elementares.



Fonte: os autores (2023).

A composição dos domínios responde igualmente ao parentesco e à reciprocidade. Neste caso, estes princípios irão estabelecer uma dinâmica territorial justaposta, no qual o bairro — ainda que entendido enquanto uma unidade de povoamento — se define em uma articulação hierárquica destes distintos domínios; sendo este um dos entendimentos possíveis ao bairro rural proposto por Santiago (2013) a partir do conceito de multiterritorialidade.

Assim, de forma a estabelecer um entendimento mais objetivo e — a partir dos estudos de Woortmann (1990) e Candido (2003) — uma designação aplicável à área de influência caipira, entendemos os três domínios da seguinte forma:

- *Moradia*: relativo estritamente ao conjunto casa-quintal — que delimita o domínio do trabalho cotidiano da família conjugal.
- *Sítio*: relativo à unidade doméstica e econômica, ou a um conjunto delas, sob domínio da família fundante e/ou descendente; entendendo esta unidade como o conjunto da moradia e das terras sob manejo que lhes são correspondentes.
- *Bairro*: relativo às relações extensas de parentesco que delimitam o domínio da parentela.

O sítio é o único dos três domínios que pode assumir um sentido ambíguo. Primeiramente, porque pode se confundir com o próprio bairro, caso deste venha se tornar embrião — como visto na dinâmica de reprodução (Figura 2); ou ainda, pelo fato de abarcar tanto as terras trabalhadas em comum pelos parentes, quanto aquelas de dedicação exclusiva de uma família. Ou seja, o domínio do sítio pode se confundir ora com os limites de uma unidade doméstica e econômica ora com um conjunto delas. Diante de tal ambiguidade, sua delimitação deve ter em vista os distintos ciclos que marcam a formação do território tradicional e, novamente, os princípios do parentesco e da reciprocidade.

Quanto aos recursos gráficos adotados, ressaltamos que a forma circular demonstrou um resultado mais efetivo considerando o caráter desta proposta, que é de uma modelização informada por escritos teóricos. O uso de círculos ou quadrados na representação dos territórios já figuraram entre as críticas feitas à coremática (Théry, 2004). Entretanto, tal recurso segue demonstrando especial relevância à modelização como visto nas propostas de Menegatto (2012, 2020). Assim, como argumenta Théry (2004) a essas objeções, entendemos que a forma para o bairro rural pode ser uma contingência, ou seja, poderá assumir distinta geometrização a depender de sua aplicação a um caso em específico; o que pode ser particularmente relevante caso se sustente como um fator imprescindível para o entendimento das estruturas elementares do referido território.

Dessa forma, conclui-se que a compreensão das estruturas e domínios fundamentais do território tradicional, e de seus princípios definidores, tencionam o entendimento clássico do conceito de território, exigindo uma leitura a partir da

imbricação de múltiplas relações de poder, aquelas de âmbito propriamente de dominação, quanto àquelas mais implícitas ou simbólicas, de apropriação. Assim, o território é “[...] ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados” (Haesbaert, 2010, p. 23).

As comunidades tradicionais são reconhecidas justamente por uma associação particular entre funcionalidade e identidade (Haesbaert, 2010), de modo que “[...] a construção material (‘funcional’) do território como abrigo e base de (‘recursos’) se conjuga com uma profunda identificação que preenche o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura” (Santiago, 2013, s/p).

Os elementos que se reportam ao universo de representações, símbolos, mitos, bem como da religiosidade próprio da cultura caipira, podem se constituir como estruturas significativas para a compreensão da dinâmica espacial dos bairros, ao passo que, como visto, regram o uso e manejo dos recursos em seus distintos ecossistemas (Brandão, 1983; Diegues, 2000; Santiago, 2013).

O bairro rural é assim um território engendrado pelo modo de vida tradicional caipira (Santiago, 2013) que, caracterizado pela forte autonomia e relações de reciprocidade, constitui um patrimônio familiar no qual a conservação da natureza é fator determinante para sua reprodução material e social (Diegues, 2000; Santiago, 2013). A ocupação do solo, o uso dos recursos naturais, bem como os saberes e as regras a eles relacionados, são a expressão desta cultura tradicional (Santiago, 2013).

Perspectivas possíveis a serem incorporadas

Os vetores de adaptação do modo de vida tradicional paulista e, por consequência, de sua unidade de povoamento, já eram o foco das discussões das obras nas quais nos baseamos. Pasquale Petrone considerava o século XIX como marco da perda da dominância da sociedade caipira e da pequena produção de subsistência, o que teria se iniciado já no século XVIII com o avanço das grandes fazendas e a consolidação das monoculturas de exportação; já para Antonio

Candido, a industrialização e a disseminação de uma civilização urbana e moderna foram os vetores da sua profunda desestabilização (Queiroz, 1973a).

A manutenção da capacidade de mobilidade do sitiante tradicional também era uma questão, dado que já não dispunham da mesma disponibilidade de terras e nem do regime de posse ou simples ocupação que no passado lhe permitiu estabelecer um equilíbrio ecológico com seu meio, ajustado às suas necessidades e às técnicas que dispunha (Candido, 2003).

Maria Isaura (1973a) colocou em questão a efetividade de tais constatações perante a um vasto meio rural ainda pouco estudado naquele momento. Uma das questões que orientou seus estudos é justamente neste sentido: se estaria o sitiante condenado à desorganização socioeconômica ou se lhe era possível um reerguimento (Queiroz, 1973a). Assim, há em suas produções um elemento fundamental para a análise das recentes adaptações do modo de vida tradicional, o fato de que, mesmo no Vale do Paraíba, viu-se a ressurgência dos bairros após a derrocada do café e a fragmentação das grandes fazendas¹⁴.

Análises recentes reforçam o período entre as décadas de 1930 e 1950 como um dos principais marcos das adaptações, devido ao retraimento generalizado das relações entre os bairros e os centros urbanos. Tal processo atingiu diretamente o modelo econômico tradicional (Santiago, 2019; Souza; Santiago, 2019), reverberando no manejo e na dinâmica geral de reprodução e conformação. Trata-se de um agravamento do processo que Candido (2003) sinalizou, de crescente imposição na adoção de novas técnicas e de uma nova racionalidade econômica (Santiago, 2019).

É possível elencar outros vetores que corroboraram para tais adaptações nas últimas décadas como, por exemplo, as reestruturações viárias e a intensificação das restrições ao manejo tradicional pelas legislações ambientais, levando a priorização de determinados cultivos ou de exploração de um recurso em detrimento da lavoura de subsistência (Adams *et al.*, 2013; Ribeiro Filho *et al.*, 2018; Santiago, 2019).

¹⁴ O avanço das grandes fazendas se mostrou deletério à antiga organização territorial paulista quando esteve associado a um período de profunda desestabilização das relações sociais e de trabalho vigentes, instaurando-se pela submissão. Ou seja, quando “[...] seus caracteres essenciais contrastam fundamentalmente com os de um bairro de sítiantes” (Queiroz, 1973a, p. 137).

As culturais tradicionais não são estáticas, estas se constituíram na interface com os centros urbanos e sua economia de mercado, ao qual sua reprodução cultural, social e econômica sempre esteve associada (Diegues, 2000), o que pode tensionar ou desarticular suas formas tradicionais de produção e o conjunto de suas demais relações. Assim, é preciso ponderar a maneira pela qual tais adaptações são assimiladas e alteram a observância das estruturas. Considerando que

[...] o bairro rural é dinâmico [86], o território é dinâmico. E as mudanças, assim como as formas de se adaptar a elas e de equacionar novos problemas, são inerentes a essa dinâmica. Por outro lado, valores, princípios morais são definidores do modo de vida tradicional [87]. São eles que constituem a referência única entre as diferentes culturas tidas por tradicionais e é em função deles que ocorrem as mais diversas formas de adaptação (ou resistência) (Santiago, 2013, s/p).

Nesse sentido, a concepção de um modelo gráfico baseado no resgate de descrições teóricas pretéritas e de designações próprias da área de influência caipira não desconsidera as possíveis adaptações. Mas lança as bases para que, no resgate, reconheçamos como estruturas pretéritas podem ainda influir sobre a dinâmica atual dos bairros ou como os princípios definidores seguem atuando no estabelecimento de novas estruturas; pensando em modelizações a partir de noções como as de *paléochorèmes* e de *chronochorèmes*, sugeridas por Théry (2005).

Os modelos propostos, e seu aperfeiçoamento a outras contingências dos territórios tradicionais em São Paulo, apresentam-se como uma cartografia complementar, podendo ser sobrepostos aos produtos de outros mapeamentos, como os conduzidos com base no sensoriamento remoto, de modo a evidenciar os possíveis reflexos dessas estruturas e de seus princípios definidores na paisagem.

Há assim uma efetiva possibilidade de contribuição para análises e ações de conservação da natureza que não desconsiderem equivocadamente o caráter descontínuo e multiescalar de reprodução desses territórios (Diegues, 2000; Santiago, 2019), reconhecendo no aparente vazio, ou no aparente intocado, as marcas das regras de uso próprias desse modo de vida.

Como aponta Brunet (1986, p. 02, tradução nossa), modelar um espaço “Não significa resumir ou generalizar [...]. Significa, antes de tudo, perguntar quais

seriam os princípios em jogo e, em seguida, fazer conjecturas¹⁵". Portanto, o que parece se desenhar para o prosseguimento desta proposta é avançar segundo o princípio básico da coremática: a confrontação constante entre o modelo e o território de forma a complicá-lo e aproximá-los (Brunet, 2000; Théry, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista teórico e epistemológico, a proposta de Roger Brunet, ao introduzir na Cartografia uma nova linguagem e entendimento de mapa a partir da Geografia, estabelece uma ponte benéfica entre dois campos disciplinares que estiveram, a depender da abordagem adotada em ambas, fortemente distanciados desde pelo menos a segunda metade do século XX. A que se pese esta não seja ainda uma questão superada. Ao acionar heranças da Nova Geografia, Brunet ressalta sua defesa de que todos os debates científicos pretéritos trazem aportes, que a ciência se sustenta por acreção, não de forma a respeitar irrestritamente a memória dos esforços passados, mas sim de reconhecer e integrar as contribuições que resistem aos tensionamentos atuais.

As demandas em relação às adaptações sociais e econômicas reforçam o caráter ainda incipiente da modelização gráfica proposta, fato que, no entanto, não desconsidera os resultados positivos dos modelos atingidos até aqui. Esses se mostraram relevantes ao traduzir graficamente um conjunto de modelos teóricos presentes em obras clássicas, amparando uma revisão objetiva e uma leitura geográfica dos elementos e dinâmicas estruturantes destes territórios.

Os coremas podem ser submetidos às distintas realidades do Estado de forma a contribuir à aplicação das políticas públicas voltadas à identificação e reconhecimento; bem como à observância de políticas que regem o uso da terra e à implementação de planos de desenvolvimento territorial em áreas de reconhecida ocorrência destes povos.

¹⁵ Original: "Ce n'est ni résumer, ni généraliser [...]. C'est d'abord se demander quels peuvent être les principes en jeu, donc faire des hypothèses" (Brunet, 1986, p. 2).

REFERÊNCIAS

ADAMS, C.; MUNARI, C. C.; VLIET, N. V.; MURRIETA, R. S. S.; PIPERATA, B. A.; FUTEMMA, C.; PEDROSO JR., N. N.; TAQUEDA, C. S.; CREVELARO, M. A.; SPRESSOLA-PRADO, V. L. Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). **Human Ecology**, v. 41, n. 1, p. 119–137, 2013.

BACELLAR, C. A. P. Desbravando os sertões paulistas, séculos XVI a XIX. **História (São Paulo)**, v. 39, 2020.

BERTIN, J. **Semiology of Graphics: Diagrams, Networks, Maps**. Redlands: Esri Press, 2010.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016. **Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8750-9-maio-2016-783033-publicacaooriginal-150289-pe.html> Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm Acesso em: 25 ago. 2021.

BRANDÃO, C. R. **Os Caipiras de São Paulo**. Editora Brasiliense, 1983.

BRUNET, R. Des modes en géographie? Sens d'une recherche. **Bulletin de la Société géographique de Liège**, n. 39, p. 21-30, 2000.

BRUNET, R. La carte-modèle et les chorèmes. **Mappemonde**, v. 86, n. 4, p. 2-6, 1986.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 10. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2003.

- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.
- CRAMPTON, J. W. Maps as social constructions: power, communication, and visualization. **Progress in Human Geography**, v. 25(2), p. 235–252, 2001.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- FAGUNDES, C. A.; MATIAS, L. F. Estudo e representação coremática do espaço intraurbano. **Geografia** (Rio Claro. Impresso), v. 41, p. 189-205, 2016.
- FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008. p. 173-230.
- FUKUI, L. F. G. **Sertão e Bairro Rural: parentesco e família entre Sítiantes Tradicionais**. São Paulo: Ática, 1979.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010.
- KITCHIN, R.; DODGE, M. Rethinking maps. **Progress in Human Geography**, v. 31(3), p. 331–344, 2007.
- MARCOS, V. Campesinato, modo de vida e território. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 93-106.
- MARIANO, N. F. O lugar do caipira no processo de modernização. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, n. 69, 2000.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, n. 8, p. 25-70, maio 1996.
- MATINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MENEGATTO, M. S. Modelização gráfica do estado de Rondônia. **Confins**, n. 15, 2012.
- MENEGATTO, M. S. A Ilha Montão de Trigo (SP): do inventário geográfico à modelização gráfica. **Confins**, n. 46, 2020.
- MÜLLER, N. L. **Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951. 215 p.
- PEDROSO JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; TAQUEDA, C. S.; NAVAZINAS, N. D.; RUIVO, A. P.; BERNARDO, D. V.; NEVES, W. A. A casa e a roça:

socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 3, n. 2, p. 227-252, ago. 2008.

PETRONE, P. Notas sobre sistemas de culturas na Baixada do Ribeira, SP. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 39, p. 47-63, jul./out., 1961.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural - cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1973a.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro**. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1973b.

RIBEIRO FILHO, A. A.; ADAMS, C.; MANFREDINI, S.; MUNARI, L. C.; SILVA JR., J. A.; IANOVALI, D.; BARBOSA, J. M.; BARREIROS, A. M.; NEVES, W. A. Dynamics of the soil fertility in quilombola shifting cultivation communities of the Atlantic Rainforest, Brazil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, v. 13, n. 1, p. 79–106, 2018.

SANTIAGO, C. de M. Conhecendo os territórios caipiras no território paulista. In: V Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais, 5., 2015, Vitória, Espírito Santo. **Anais [...]**. Brasília: IPDMS, 2015. Disponível em: <https://www.ipdms.org.br/files/2013/10/ANAIS-2015-FINALIZADO.pdf> Acesso em: 01 dez. 2023.

SANTIAGO, C. de M. Território caipira, território de conservação. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 17, n. 449, n.p, 2013.

SANTIAGO, C. de M. Políticas públicas de conservação da natureza no Brasil e suas contradições na valorização do modo de vida tradicional. **Olam – Ciência & Tecnologia**, [S.l.], v. 14, n. 1, ago. 2014.

SANTIAGO, C. de M. Decadência dos sistemas agrícolas tradicionais e a urbanização da cidade de São Paulo. **PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n.43, p. 07-38, maio/ago. 2019.

SANTIAGO, C. de M.; FREIRE NETO, A. O. L. Caracterização sociocultural de comunidades tradicionais caipiras: um estudo de caso na bacia do rio Juquiá-Guaçu, São Paulo, Brasil. **Olam – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 1, p. 169-188, 2013.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Relatório Técnico-Científico sobre a comunidade de quilombo de André Lopes, localizada no município de Eldorado no Vale do Ribeira-SP**. São Paulo, 2000. Disponível em: <https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/handle/123456789/1727> Acesso em: 07 dez. 2016.

SHANIN, T. Una familia campesina rusa a principios del siglo. In: SHANIN, T. (Org.) **Campesinos e sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 25-30.

SOUZA, A. M.; SANTIAGO, C. de M. Sistemas produtivos tradicionais: transformações e permanências nos bairros rurais tradicionais da bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul do estado de São Paulo – Brasil. In: XVII Congresso Internacional Fórum Universitário Mercosul, 17., 2019, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.congresso2019.fomerco.com.br/anais/divisao/trabalhosaprovados>
Acesso em: 15 dez. 2019.

THÉRY, H. A dimensão temporal na modelização gráfica. **GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 17, p. 171-183, 2005.

THÉRY, H. Modelização gráfica para a análise regional: um método. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 15, p. 179-188, 2004.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, 87, Brasília: Edunb e Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 11-69, 1990.

Recebido em 13 de janeiro de 2023
Aceito em 25 de janeiro de 2024